

## Formação e valorização dos profissionais da educação: superar a lógica do mercado

**Nereide Saviani\***

Fundação Maurício Grabois, Rua Rego Freitas, 192, Sobreloja, Vila Buarque, CEP 01220-010, São Paulo, SP, Brasil,  
e-mail: nereide.saviani@uol.com.br

O texto corresponde à transcrição, revista pela autora, de sua exposição na Conferência Intermunicipal de Educação da Baixada Santista, na mesa redonda que debateu o Eixo IV do Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Reflete sobre tendências da formação dos profissionais da educação, à luz de uma concepção de formação profissional voltada para a superação da lógica do mercado.

**Palavras-chave:** Formação Profissional. Formação dos Profissionais da Educação. Formação Docente.

## Qualifying and valuing education professionals: overcoming the logic of the market

The text is the transcription, revised by the author, of a presentation she made in the Baixada Santista Intermunicipal Education Conference, during the round table that debated Axis IV of the Reference Document of the National Education Conference (CONAE). It reflects on the trends to qualify education professionals under the light of a professional qualification aimed at overcoming the logic of the market.

**Keywords:** Professional Qualification. Qualifying Education Professionals. Qualifying Teachers.

É um imenso prazer participar da Conferência Intermunicipal de Educação da Baixada Santista, retornando a esta instituição, a Unisantos, onde trabalhei durante cerca de sete anos. Prazer por rever colegas de trabalho e alunos, compor esta mesa com Maria Isabel Noronha, Helena de Freitas, Maria Amélia Santoro Franco e compartilhar algumas reflexões com educadores de diversos níveis e diversas categorias. Uma presença tão qualificada – em auditórios assim lotados, num sábado, quando normalmente se espera ter algum descanso ou, pelo menos, cuidar de tarefas para as quais não se tem tempo durante a semana – mostra que é possível ter esperança de transformar a educação em nosso país.

O tema *Formação e Valorização dos Profissionais da Educação*, o Eixo IV do documento da CONAE (Conferência Nacional de Educação), suscita importantes reflexões, a começar pelo seu próprio enunciado. A rigor, poderíamos formulá-lo simplesmente como *Valorização dos Profissionais da Educação*, pois a valorização comporta, necessariamente, a formação. Valorizar um profissional supõe cuidar de pelo menos três aspectos, intimamente relacionados e interdependentes: a) a formação (inicial e continuada); b) o plano de carreira, jornada e salário; c) as condições de trabalho. No entanto, não creio ser necessário apresentar uma emenda ao documento-referência da

---

\* Doutora em História e Filosofia da educação pela PUC-SP. Atuou como docente-pesquisadora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP. E no Mestrado Stricto Sensu da Universidade Católica de Santos. Atualmente é Diretora de Formação da Fundação Maurício Grabois.

CONAE, pois é possível tomar o conectivo “e” não como adição, mas como ênfase, ou destaque. Quer dizer, no processo de valorização dos profissionais da educação merece destaque a sua formação (não somente a inicial, aquela requerida para o ingresso na profissão, mas também a contínua, aquela que deve se realizar permanentemente, durante seu exercício).

Ressalte-se, nessa discussão, a distinção estabelecida entre os termos **trabalhadores** e **profissionais** da educação. A noção de “trabalhadores” refere-se a uma categoria geral: numa sociedade dividida em classes exploradoras e exploradas, a maioria se torna trabalhadora, no sentido de que tem de vender sua força de trabalho, mas não, necessariamente, estar no trabalho melhor remunerado, no trabalho para o qual tem mais talento, competência, pelo qual se interessa mais. As pessoas não, necessariamente, são trabalhadoras porque querem trabalhar, mas porque precisam cuidar do seu sustento. Trabalham onde existe oferta de trabalho, submetendo-se às regras estabelecidas pelos dominantes, os donos dos meios de produção. Mesmo que gostem mais de um determinado trabalho ou tenham capacitação para ele, se não encontram emprego, vão trabalhar em outra atividade. É comum uma pessoa ser profissional de determinada área e submeter-se a um trabalho que não tem nada a ver com sua profissão. É o caso da professora que passa a vender perfumes ou roupas, por exemplo, por não encontrar aulas ou para complementar o salário.

Profissão, ao contrário, implica formação específica. E “formação profissional” significa preparar sujeitos que dominem os fundamentos científicos e técnicos, teóricos e práticos, políticos e éticos das atividades relacionadas aos ramos da sua atuação, seja na produção material ou na produção imaterial, isto é, nas artes, nos esportes, na comunicação, na literatura, no magistério.

Sujeitos formados profissionalmente são especialistas no seu campo e, por isso mesmo, são dotados de uma formação geral que os torna capazes de se aprofundar em tais fundamentos, respondendo aos novos desafios e necessidades da área. Uma formação que os torne dispostos e aptos a estudar a vida toda. Daí, a importância da pesquisa em cada área. É uma formação incrementada nos vários

níveis de escolarização e que se forja na atividade prática, ou seja, no exercício da profissão.

Note-se, aqui, algo que parece contraditório: a formação profissional é uma formação específica, uma especialização; mas, para que se efetive como tal, é imprescindível a formação geral. Então, o profissional é aquele que tem uma formação específica completamente associada, inter-relacionada à formação geral. Só é profissional de fato aquele que tem uma formação geral, que lhe fornece os fundamentos da sua profissão.

Uma formação assim concebida, ainda que relacionada com as demandas do mercado, não pode submeter-se à lógica do mercado: o custo mínimo, a competitividade desenfreada, a redução de tudo à mercadoria.

Tratando-se do nosso tema específico, são *trabalhadoras da educação* todas as pessoas que atuam em alguma instituição educacional, qualquer que seja a função ali exercida. E *profissionais da educação* são os professores, especialistas, gestores, funcionários de apoio e técnico-administrativos. Considerando-se a natureza e a especificidade da educação escolar, cabe distinguir, nessa categoria, o seu núcleo, composto por aqueles que lidam com o processo pedagógico propriamente dito: os professores, que precisam ter habilitação para atuar diretamente no ensino, para ingressar e evoluir na carreira docente.

Todavia, para que o processo pedagógico atinja adequadamente seus objetivos, todas as pessoas que atuam nos estabelecimentos de ensino precisam ser conscientes da natureza da educação escolar. Faz diferença, por exemplo, exercer atividades ligadas à merenda, limpeza, secretaria, vigilância numa escola ou noutro tipo de instituição. O trabalho implica não somente as tarefas específicas, mas também as suas finalidades e as relações humanas estabelecidas no seu exercício; portanto, é imperioso considerar os critérios e cuidados na admissão e no acompanhamento de todos os trabalhadores da educação. O que requer atenção à formação e às condições de trabalho.

Na lógica do mercado, as políticas de formação profissional, em geral, apresentam um conjunto de contradições e ambiguidades – falsos dilemas – para justificar a busca da “melhor relação custo-benefício” e a não aplicação de recursos: na dicotomia formação geral *versus* formação espe-

cífica está contida a oposição ensino propedêutico *versus* ensino profissionalizante (preparação *versus* terminalidade). A formação profissional, no caso, é reduzida a adestramento técnico, que se opõe ao domínio dos fundamentos das técnicas de produção contemporâneas, supostamente por se prescindir disso, considerá-lo desnecessário. Defende-se, exclusivamente, a preparação para tarefas específicas demandadas pelo mercado de trabalho. Este cada vez mais restritivo: demandando altos técnicos, altos funcionários; porém, para poucos postos.

Isto, obviamente, traz implicações para a Educação. Uma delas é a disseminação do discurso ideológico de que é necessário aprender somente aquilo que será utilizado em ocupações imediatas: aquelas às quais, supostamente, os educandos terão acesso assim que se formarem. Em matéria de formação de professores, trata-se da visão de “treinamento” – num processo que esvazia o trabalho docente, limitando-o à mera execução de receitas elaboradas por especialistas.

Notam-se, também, nas políticas de formação de educadores, dicotomias, pares que se antagonizam e se excluem: professores *versus* funcionários de escola; professores *versus* especialistas; ensino básico *versus* superior; formação *versus* salário. Sob a alegação da necessidade de priorizar, argumenta-se que, se forem atendidas as reivindicações dos funcionários de escola, não sobrarão recursos para atender as dos professores; justifica-se a necessidade de promover, prioritariamente, os especialistas para que eles possam contribuir melhor na formação continuada dos professores; submete-se o investimento em salário a programas de formação; ou se cuida da formação de profissionais do ensino básico ou se cuida da formação dos do ensino superior. E, ainda: educação de crianças *versus* educação de adultos; formação administrativa *versus* pedagógica; saber geral *versus* saber pedagógico; conhecimento do professor *versus* aprendizado do aluno; formação inicial *versus* continuada; ação do professor *versus* tecnologia educacional; necessidades dos professores *versus* necessidades dos currículos e das reformas educacionais; educação presencial *versus* a distância. Em todas elas, o distanciamento escola ideal *versus* escola real, com a ausência dos professores na definição de políticas e programas. São falsos dilemas, porque, quando a Educação é, de fato, prioridade,

busca-se investir em todos esses quesitos. A superação da lógica do mercado supõe abandonar a ideia de *gasto mínimo* e assumir a visão de *destinação dos recursos necessários*.

As políticas de formação de educadores inserem-se no quadro das políticas educacionais que, por sua vez, fazem parte das políticas para a área social e são intimamente relacionadas com questões econômicas, culturais etc. Para a discussão sobre a formação dos professores é necessário refletir sobre a natureza e a especificidade do trabalho docente. Defendo a ideia do magistério como profissão – que exige saberes específicos e, que, portanto, requer sólida formação inicial e condições de aperfeiçoamento contínuo.

Na lógica do mercado, isto não tem lugar. Veja-se o que prima nas políticas neoliberais, recomendadas pelos organismos internacionais: preparação pedagógica mais breve, menos acadêmica, com ênfase nos programas de capacitação a distância; prioridade à contratação de especialistas com experiência no setor produtivo; regime de dedicação exclusiva, sem a contrapartida salarial; liberdade para os centros educativos na determinação total ou parcial dos salários dos docentes, de acordo com o projeto educativo. E o estado de São Paulo é exemplar em seguir a cartilha neoliberal, como demonstram as medidas tomadas pela Secretaria de Educação, nos últimos anos.

Em contraposição a essa lógica, temos a defesa de ampla e profunda formação, em nível superior, a todos os professores. Superior entendido não como o mais alto degrau da escolaridade (como era considerado o 3º grau, na linguagem da legislação da ditadura militar), mas no real sentido de Universidade: o caráter múltiplo, diverso, amplo, abrangente de abordagem no campo das ciências, letras, artes, tecnologias – dos diversos elementos da cultura – com a produção e difusão do conhecimento nesses campos; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, o principal *locus* da formação de professores deve ser a universidade. Tanto a formação inicial, com a oportunidade de ligação com os diversos campos – na perspectiva de quem se prepara para lecionar (relação teoria e prática, saber geral e saber pedagógico, gestão pedagógica e gestão administrativa). Quanto à formação continuada: oportunidades de repetidas voltas à universidade, com licenças remuneradas (o período

sabático, por exemplo) – para pós-graduação, especialização, cursos de curta duração, seminários, e, principalmente, participação em grupos de pesquisas para usufruir das (e interferir nas) **investigações sobre problemas educacionais**.

Para concluir, cabe ressaltar que a formação docente não se restringe à escolarização. Supõe jornada de trabalho compatível, concentração num único estabelecimento, com tempo para estudo, atividades complementares e, obviamente, com plano de carreira e salário condignos. As políticas para o setor devem, portanto, considerar tais aspectos.

É preciso nos posicionar firmemente contra a visão de que o magistério pode ser exercido por

qualquer pessoa que simplesmente tenha algum domínio dos conteúdos de determinada área. Combater, igualmente, a ideia de magistério como sacerdócio. Defendê-lo como profissão, com todas as características que esse termo comporta.

Por fim, não é demais insistir que a formação dos Profissionais da Educação deve contemplar todos os níveis e modalidades de ensino e desenvolver-se prioritariamente nas instituições públicas, com regulamentação e fiscalização das particulares. Isto exige plena responsabilidade do Estado e remete para a imprescindível construção do Sistema Nacional de Educação – o eixo central e desencadeador dos debates da CONAE.